REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DO MAR

Exma. Senhora
Dra. Catarina Gamboa
Chefe de Gabinete do Senhor Secretário de Estado
dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
4325	23-11-2020	Nº ENT: 3925/2020 PROC. Nº: 05.03/2020	

ASSUNTO **Pergunta nº 576/XIV/2ª, de 23 de novembro de 2020 - Catorze lotas do país não estão certificadas segundo norma de segurança alimentar**

Exma Sra Dra. Catarina Gamboa,

Encarrega-me S. Exa. o Ministro do Mar, relativamente à pergunta acima identificada, do grupo parlamentar do BE, de remeter as respostas às questões levantadas pelos deputados signatários da mesma:

1. Vai o governo proceder à certificação de todas as lotas do Continente segundo a norma de segurança alimentar ISSO 22000?

A segurança alimentar do pescado transacionado em lota é garantido através do controlo de perigos "Hazard Analysis and Critical Control Point" (HACCP) e do programa de pré-requisitos (PPR's), cujas exigências se encontram estabelecidas nos regulamentos europeus e legislação nacional, no que diz respeito ao setor alimentar, designadamente no Regulamento (CE) n.º 852/2004, relativo à higiene dos géneros alimentícios e no Regulamento (CE) n.º 853/2004, que estabelece regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal, ambos do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril.

O cumprimento de todos esses requisitos está na base da atribuição do controlo veterinário (NCV) pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), que é a autoridade competente por essa atribuição e pelo controlo regular do cumprimento dos respetivos requisitos.

Gabinete do Ministro do Mar
Av. Alfredo Magalhães Ramalho, nº1, 1495-165 Algés, Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 32364691 EMAIL: gabinete.mm@mm.gov.pt www.portugal.gov.pt

No caso dos estabelecimentos da Docapesca, as 22 lotas têm atribuído os correspondentes NCV, encontrando-se em licenciamento 2 estabelecimentos adicionais.

Atendendo à importância do tema da higiene e segurança alimentar para a atividade da Docapesca, nomeadamente para a colocação de pescado seguro no mercado e para a valorização dos produtos do setor da pesca e da aquacultura, e tendo em conta os padrões de exigência que se têm estabelecido internamente para cumprimento dos regulamentos europeus e da legislação aplicável ao sector, foram criadas equipas nos diferentes estabelecimento de primeira venda, constituídas por trabalhadores com formação especializada, constituídas maioritariamente por engenheiros e biólogos, e recentemente reforçada, através da contratação de 6 médicos veterinários.

As equipas descentralizadas são coordenadas pelo Departamento de Segurança Alimentar e Certificação (DSAC), criado em 2016, para dar apoio ao cumprimento dos requisitos de higiene e segurança alimentar e preparar o processo voluntário de Certificação de todas as lotas de Portugal Continental, com base no referencial da norma ISO 22000.

O processo voluntário de certificação das lotas da Docapesca de acordo com a norma NP EN ISO 22000:2005 iniciou-se em 2017. Nesse mesmo ano foram certificadas as lotas da Póvoa de Varzim e da Figueira da Foz. Seguiram-se as lotas de Sesimbra e Sagres, em 2018. As lotas de Aveiro, Vila Real de Santo António e Viana do Castelo obtiveram a certificação em 2019. Encontram-se atualmente em processo de certificação, as lotas de Setúbal e Quarteira. Em 2020 está também em curso a adaptação e certificação de todo o sistema de gestão da higiene e segurança alimentar ao mais recente referencial normativo, a norma NP EN ISO 22000:2018.

2. Qual é o investimento necessário para certificar cada uma das 14 lotas que carecem de certificação?

As intervenções em cada porto de pesca têm habitualmente uma abordagem ampla, em que, para além da reabilitação dos edifícios das lotas, incluem melhorias nas infraestruturas de descarga de pescado, acostagem e estacionamento de embarcações, iluminação, videovigilância, entre outros. Nesse sentido, apesar da dificuldade em quantificar com exatidão o valor associado ao processo individualizado de certificação de cada uma das lotas, estima-se que o mesmo implique a realização de um investimento de cerca de 300.000,00 euros por estabelecimento.

3. Quais são as datas previstas para a certificação de cada uma das 14 lotas segundo a norma 22000?

A Docapesca pretende garantir a certificação de todos os seus estabelecimentos, tendo-o inclusive já previsto no seu plano, obter a certificação das lotas da Nazaré, Peniche, Sines, Olhão e Portimão no ano de 2021, e em 2022, proceder à certificação das lotas de Lagos e Matosinhos.

Refira-se que o processo de certificação implica a concretização de um conjunto de investimentos no âmbito da reabilitação das infraestruturas e equipamentos, assim como na melhoria da cadeia de frio. Como tal, o plano de certificação dos estabelecimentos tem de ser articulado com o plano de investimentos plurianual da empresa.

Esse plano de investimentos é preparado anualmente, com incidência nos 3 anos seguintes, tendo uma abrangência geográfica que se estende ao longo de toda a zona litoral de Portugal continental e pretende dar resposta às necessidades de modernização e de reabilitação das infraestruturas e equipamentos utilizados pelo setor da pesca, mas também daqueles que servem o setor da náutica de recreio, as embarcações marítimo-turísticas e o serviço público de transporte fluvial que se encontra nas áreas sob jurisdição da Docapesca.

As ações e projetos previstos nos planos de investimentos plurianuais da Docapesca são habitualmente identificados e definidos em estreita articulação com as diferentes partes interessadas, estando sujeitos à capacidade de realização técnica e financeira da empresa, tendo em conta que o seu orçamento depende exclusivamente de receitas próprias ou do potencial acesso a fontes de financiamento comunitário, como é o caso do Programa Operacional Mar2020.

Com os melhores cumprimentos e consideração

O Chefe do Gabinete,

Nuno Chaves

11 MAR 20

/CG

Gabinete do Ministro do Mar
Av. Alfredo Magalhães Ramalho, nº1, 1495-165 Algés, Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 32364691 EMAIL: gabinete.mm@mm.gov.pt www.portugal.gov.pt